

Representações sociais de famílias sobre a atuação de homens professores com crianças de educação infantil

SOCIAL REPRESENTATIONS OF FAMILIES ABOUT THE ACTION OF MALE TEACHERS WITH CHILD EDUCATION CHILDREN

Josiane Peres Gonçalves

UFMS | josiane.peres@ufms.br

Adriana Horta de Faria

UFMS | adrianahortadefariafaria@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é verificar quais são as representações sociais de familiares de crianças matriculadas em instituições de educação infantil no município de Naviraí/MS, em relação à presença de homens atuando como professores. Como instrumentos de pesquisa foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com familiares das crianças, que foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas sob a perspectiva das representações sociais. Os resultados apontam para uma representação de que a mulher tem como nata a capacidade de educar crianças e que características pessoais, consideradas pelos entrevistados como femininas, são imprescindíveis para a execução da docência. Nossas discussões sugerem que os familiares relacionam a educação de crianças com a função materna e que causaria estranheza um homem atuando nesta etapa de ensino. Como conclusão, pode-se atribuir esta representação ao fato de os familiares estarem acostumados à grande presença feminina nas salas de educação infantil.

Palavras-chave: Representações sociais. Famílias. Homens professores.

ABSTRACT

This research aims to verify the social representations related to the male teachers professional performance in the childhood education. Families of childhood education kids aged between zero and five years old were interviewed by means of semistructured interviews. All the kids live in the small town of Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brazil. The interviews were recorded, transcribed and analyzed by

means of the social representations perspective. The results indicate a representation of woman as somebody who has the innate ability to educate children and that the teaching needs some essentials personal characteristics, considered by the respondents like female ones. Our discussions suggest that the families connect the children's education with maternal role. The male presence on this stage of education could cause an estrangement according to the analyses of families positioning. This representation can be assigned to the fact that the families are accustomed to the large female presence on the childhood education.

Keywords: Social representations. Family. Male teachers.

Introdução

O presente trabalho é parte do projeto de pesquisa intitulado “Representações sociais da comunidade escolar de Naviraí - MS sobre a atuação de homens professores com crianças de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental”, que foi desenvolvido por acadêmicos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí, sob a orientação e coordenação da professora Doutora Josiane Peres Gonçalves.

Este viés da pesquisa buscou investigar as representações sociais dos familiares de crianças com idades entre 0 e 5 anos matriculadas em instituições de educação infantil da rede municipal de ensino de Naviraí/MS com relação à presença de homens atuando como professores dessa etapa de educação em um ambiente de predominância feminina.

A pesquisa justifica-se relevante pela escassez de investigações em representações sociais que abordam as relações de gênero na educação infantil, a influência das representações sociais dos adultos nas representações sociais das crianças, a possibilidade de estabelecer novos debates em gênero na educação e o enfoque na valorização docente. Foram examinadas quais as representações das famílias quanto ao trabalho de homens professores, também como as famílias reagiriam se tivessem que escolher entre um homem ou uma mulher para atuar com suas crianças, e quais os pontos positivos e negativos poderiam ser destacados na presença de homens atuando com essa faixa de ensino.

Novas configurações familiares

Na sociedade burguesa a constituição familiar era relacionada aos laços sanguíneos e à habitação em comum, seus membros se limitavam ao pai, mãe e filhos, sendo que o pai era o provedor do sustento, tinha contato com a vida social e o mercado de trabalho, já a mãe tinha como obrigações os cuidados domésticos e com os filhos. Desta forma, a esposa e os filhos deviam obediência irrestrita ao seu provedor. Esse modelo de formação familiar era conhecido como patriarcal e o casamento era ligado aos negócios e tido como união eterna (PACHECO, 2005).

Segundo Oliveira (2009), diversas mudanças ocorreram na sociedade e esse padrão ganhou outros contornos, os casamentos passaram a ser realizados não mais como um negócio, mas sim por interesses individuais, ou seja, do casal. A relação entre pais e filhos se tornou mais íntima, trazendo uma educação mais liberal e a figura paterna passou a não ser mais vista apenas como o provedor do sustento, fazendo com que fosse cobrada do pai mais participação na educação dos filhos e nos assuntos domésticos em geral.

Pacheco (2005) sustenta que diversas necessidades levaram a mulher a se inserir no mercado de trabalho, o que fez com que se tornasse peça importante no provimento financeiro da família, não sendo raros os casos em que é a única provedora. Tal fato, por sua vez, vem promovendo o afastamento precoce dos filhos do convívio familiar e assim fazendo com que a família divida o compromisso de educar com a escola. Com tudo isso a figura do pai passou a ser ou mais presente na educação dos filhos ou em alguns casos a formação familiar não conta mais com essa figura, pois existem muitos casos de mães solteiras, viúvas ou separadas que comandam a família, o que não é diferente com os pais que muitas vezes também estão à frente de suas famílias sem a ajuda de uma companheira.

No âmbito judiciário, no Brasil, a partir da constituição de 1988 as novas constituições familiares passaram a ser amparadas. Passa a ser constitucionalmente aceita a *pluralidade das entidades familiares*, deixando de ver apenas o matrimônio como única forma de início familiar, alargando o conceito de família e permitindo o reconhecimento de entidades familiares não casamenteiras, embora com a mesma proteção jurídica. É reconhecida também a *igualdade entre os filhos, mesmo sendo ou não do mesmo matrimônio*. “Terão os mesmos direitos e qualificações, sendo vedados quaisquer tipos de distinções ou discriminações” (Brasil, 1988, art. 227, §6º). A partir

dessa máxima, independe se em esfera patrimonial ou pessoal, os filhos gozarão dos mesmos direitos e deveres.

Desta forma é admissível afirmar que existem vários tipos de formação familiar coexistindo em nossa sociedade, tendo cada uma delas suas características e não mais seguindo padrões antigos. Nos dias atuais existem famílias de pais separados, chefiadas por mulheres, chefiadas por homens sem a companheira, a extensa, a homossexual, e ainda a nuclear, que seria a formação familiar do início dos tempos, formada de pai, mãe e filhos, mas não seguindo os padrões de antigamente.

Família com filhos pequenos

A fase da família com crianças pequenas é um grande desafio, pois estes novos indivíduos que vêm para compor o grupo têm personalidades próprias, desejos e necessidades e, nesse sentido, Jack e Bradt (1995, p. 206) afirmam que, “após 25 anos de trabalho com famílias, temos certeza de que não existe nenhum estágio que provoque mudança mais profunda ou que signifique desafio maior para a família nuclear ou ampliada do que a adição de uma nova criança ao sistema familiar”.

Este membro recém-chegado à família gera novas responsabilidades por parte dos adultos que possuem a sua custódia, como ajustar e encorajar o desenvolvimento da criança, estabelecer uma vida satisfatória para todos os membros e reorganizar a unidade familiar. À medida que as crianças crescem, deve-se promover o espaço adequado, assumir um papel maduro adaptado à necessidade familiar e manter uma satisfação mútua no papel de parceiros, parentes e comunidade, outro fator de suma importância, e o de facilitar a transição da casa para a escola (JACK; BRADT, 1995).

É no cotidiano familiar que as crianças veem o mundo pela primeira vez, e por meio dessa convivência são gerados os conceitos e ideias acerca do mundo, assim a família pode ser considerada como a primeira instituição socializadora da criança. Silva (2005, p. 26) afirma:

A família é a primeira instituição na qual, geralmente, todo o ser humano participa, sendo o primeiro grupo de forte influência sobre as pessoas, sobre o seu comportamento, personalidade e escolhas futuras, tendo,

ainda, funções de acolhimento, cuidados, educação e preparação do indivíduo para a vida em grupo. É na relação com seus cuidadores que a criança inicia a sua constituição enquanto sujeito; a formação da sua identidade, as percepções de quem são os outros e quais são os papéis que ela desempenha, dentro da organização familiar.

A expansão da socialização das crianças ocorre principalmente na escola, e nesta etapa em que ela sai do aconchego do espaço familiar para estabelecer maiores relações na sociedade, a escola e a família têm a responsabilidade de educar, oferecendo parâmetros para que os alunos tenham pleno desenvolvimento.

Família e a educação infantil

A necessidade da continuidade no processo de socialização da criança e a urgência de uma educação compartilhada são as premissas necessárias para que se discuta a importância de uma boa relação entre a escola e a família. A Lei de Diretrizes e Bases, lei nº 9.394, de 1996, em seu artigo 29 destaca o compartilhamento do desenvolvimento da criança entre a escola e a família, afirmando: Art. 29. “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil (DCNEI), documento de caráter mandatório, reafirma a educação infantil como forma complementar à ação da família: “[...] o Estado necessita assumir sua responsabilidade na educação das crianças, complementando a ação da família” (BRASIL, 2009, p. 5).

A Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reconhece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, que conforme o texto da lei deve ser oferecida em duas etapas, sendo a primeira para crianças de 0 a 3 anos de idade (em creches ou instituições equivalentes) e a segunda para crianças entre 4 e 6 anos de idade (em pré-escolas).

Ocorreu, contudo, uma alteração na redação da lei em 2014¹, passando a ser obrigatória a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 anos de idade. Em decorrência dessa alteração, a educação básica se inicia na educação infantil atendendo obrigatoriamente às crianças de 4 a 5 anos de idade.

Nesse contexto a educação infantil ganha aspecto educativo e reconhece a criança como cidadão, buscando o crescimento integral da criança, em seus aspectos físico, motor, psicológico, cognitivo e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Um aspecto diferente na educação das crianças entre a família e a escola é a participação dos homens. Na família observa-se uma mudança na organização das tarefas com os homens participando cada vez mais de ocupações que anteriormente eram atribuídas somente às mulheres, como o cuidado com os filhos. Contudo, nas instituições de educação infantil a mulher é a principal responsável pela educação e ainda é rara a presença de homens atuando como professores.

Gênero e educação infantil

Nota-se que, na educação infantil, a presença da mulher é majoritária, o que, de certa forma, também valida o que Louro (2012, p. 448) afirma: “[...] a mulher, ao atuar como professora, tem sua função relacionada ao cuidado e ao apoio maternal, o que contribuiu para a feminização do magistério”.

Ao se falar em feminização do magistério, faz-se necessário refletir inicialmente sobre o conceito de gênero. O conceito de gênero surgiu entre as estudiosas feministas para contrapor a ideia da essência, recusando qualquer explicação pautada no determinismo biológico, que pudesse explicitar comportamento de homens e mulheres, empreendendo, dessa forma, uma visão naturalista, universal e imutável do comportamento. Tal determinismo serviu para justificar as desigualdades entre ambos, a partir de suas diferenças físicas (NOGUEIRA, FELIPE, TERUYA, 2008).

Quando se fala em gênero, é essencial analisar o conceito considerado por Scott (1998, p. 15):

¹ A Lei nº 12.796, em complemento à lei 9.394/1996, determina: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”.

Gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar; ela é, antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

Diante desta perspectiva, o conceito de gênero pode ser utilizado para estabelecer o que é social, cultural e historicamente determinado, isto porque nenhum indivíduo existe sem relações sociais, desde que nasce. Na mesma vertente, Grossi (2013, p. 5) destaca:

Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, [...] nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo.

Ainda na mesma perspectiva, Gonçalves (2009, p. 26) afirma que “[...] o sexo se refere às diferenças biológicas de homens e mulheres, enquanto que gênero é um construto social relacionado à forma como historicamente os grupos sociais foram criando e efetivando os padrões de comportamentos para ambos os sexos”. Assim, pode-se afirmar que gênero é uma construção social e histórica que fundamenta a distinção e a relação entre o feminino e o masculino. A partir do conceito de gênero podemos perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos.

A especificidade da educação infantil está no binômio educar/cuidar, e o cuidado e a educação de crianças têm sido habitualmente, em nossa cultura, imputados às mulheres (SAYÃO, 2005). Por essa razão, dentre outras possíveis, não causa espanto o fato de as mulheres comporem a maioria dos profissionais da educação nessa faixa de ensino. Um dos principais argumentos que se usa em favor da permanência das mulheres professoras é o instinto maternal, o que leva a interpretações de que o papel de educadora, devido a esse instinto, é nato.

Louro (2012) argumenta que o ingresso das mulheres como professoras no mercado de trabalho era considerado uma extensão da maternidade:

Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas são as primeiras e “naturais educadoras”. Portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, uma “extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como filho ou filha “espiritual”. (LOURO, 2012, p. 450).

Sob esse aspecto, entendia-se que a mulher, por já cuidar dos filhos, encontrava-se preparada, pois o dom de cuidar era uma tarefa que ela já executava em seu lar. Por este prisma, Gonçalves (2009, p. 38) analisa:

Dessa forma, os alunos e as alunas deveriam ser vistos como filhos e filhas e a profissão docente não subverteria a função feminina, podendo, ao contrário, ampliá-la ou sublimá-la. O magistério deveria ser entendido pelas mulheres como uma atividade de amor, de entrega e de doação, e, para isso, era fundamental ter a vocação para ensinar.

Arce (2001) afirma em seus estudos que existe um mito em relação a este papel congênito de educadora atribuído às mulheres. A autora destaca:

Trabalhando com esta acepção de mito, constatei, mediante estudos, que a constituição histórica da imagem do profissional da educação infantil tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade, da mulher como a rainha do lar, educadora nata, cujo papel educativo associa-se necessariamente ao ambiente doméstico, sendo particularmente importante nos primeiros anos da infância. O início da educação de todo indivíduo deveria, assim, ser uma extensão natural da maternidade. Cumpre, entretanto, destacar que este mito da mulher mãe e educadora nata exerce seu maior poder orientador no

período relativo aos anos iniciais da vida do indivíduo, não sendo atribuída à mulher a responsabilidade sobre a educação em geral. (ARCE, 2001, p. 4)

Assim, a concepção de que a mulher é a melhor educadora para crianças pequenas foi absorvida pela sociedade. Trata-se de representações sociais que contribuíram para o afastamento dos homens do magistério e para aumento da participação feminina no ambiente escolar.

Representações sociais, famílias e educação infantil

A Teoria das Representações Sociais pode ser vista como uma abordagem sociológica da psicologia social. Segundo Moscovici (1973), o precursor da teoria, o objetivo das representações sociais é tornar familiar algo não-familiar, ou seja, naturalizar processos que não são naturais e sim construídos socialmente. O autor assim define as representações sociais:

[...] um sistema de valores, ideias e práticas com uma dupla função: primeiramente, estabelecer uma ordem que habilitará os indivíduos a orientarem-se em seu mundo material e social e dominarem-no; e, em segundo lugar, possibilitar a realização da comunicação entre os membros de uma comunidade pelo fornecimento de um código para o “intercâmbio” social e de um código para nomearem e classificarem, sem ambiguidades, os diversos aspectos de seu mundo e de sua história individual e em grupo. (MOSCOVICI, 1973, p. 17)

Desta forma, compreendem-se as representações sociais como um conjunto de conceitos e de explicações da vida cotidiana; trata-se de produção dos saberes sociais. O propósito da Teoria das Representações Sociais é esclarecer as concepções coletivas do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade.

De acordo com Moscovici, as representações sociais têm duas funções, sendo a primeira delas:

Elas ‘convencionalizam’ os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma

definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as põem como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adaptam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura (MOSCOVICI, 2004, p. 34).

As representações sociais têm como pilar um pensamento já preexistente e se forma em um sistema de crenças, valores e imagens, assim, assumem uma posição de vínculo entre o indivíduo e a sociedade mantendo a continuidade das ideias que prevalecem na coletividade. Desta forma, o sujeito, para ser aceito em seu grupo social, segue os preceitos previamente estabelecidos. A segunda função citada pelo autor é:

As Representações são ‘prescritivas’, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (MOSCOVICI, 2004, p. 34).

Assim, o autor sugere que as representações sociais influenciam a conduta da sociedade, tornando natural o que é imposto pela sociedade, geralmente com uma função de conduzir a conduta dos indivíduos na sociedade. Inclui-se uma função justificadora com a manutenção ou reforço de comportamentos assumidos por grupos sociais ou indivíduos.

Com base nas teorias acima abordadas, buscou-se, com esse estudo, analisar as representações sociais das famílias de crianças pequenas quanto à participação de homens atuando em um ambiente de predominância feminina, compreendendo os familiares como parte fundamental da comunidade escolar e que suas representações influenciam a educação no

atendimento às crianças. Procurou-se caracterizar as crenças, os valores e as representações relacionadas ao gênero do profissional que atua na educação das crianças.

Metodologia

Este trabalho consiste numa pesquisa que busca verificar e analisar as representações sociais de famílias, ou, de uma forma geral, dos responsáveis por crianças pequenas matriculadas em creches ou pré-escolas da rede municipal de ensino da cidade de Naviraí/MS - indicados pelas instituições de ensino como participantes ativos da vida escolar - quanto ao gênero dos profissionais que atuam como professores destas crianças.

O que impulsionou a pesquisa foi o fato de que os profissionais que atuam com estas crianças são majoritariamente mulheres, contudo, segundo Ramos (2011), a presença masculina no ambiente escolar é vista como necessária e positiva ao desenvolvimento emocional da criança. Assim, esta pesquisa aborda as representações sociais das famílias quanto a esta possibilidade de homens atuarem com crianças na educação infantil.

Foi escolhida para coleta de dados a entrevista semiestruturada, principalmente por conta da espontaneidade nas falas dos entrevistados. Este é um dos métodos que, segundo Spink (1995, p. 100), favorece a expressão de representações sociais:

As técnicas verbais são, sem sombra de dúvida, a forma mais comum de acessar as representações. [...] Dar voz ao entrevistado, evitando assim impor as concepções e categorias do pesquisador, permite eliciar um rico material, especialmente quando este é referido às práticas sociais relevantes ao objeto da investigação e às condições de produção das representações em pauta. (SPINK, 1995, p. 100)

Com esteio nestas ideias, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE), vinculado ao curso de Pedagogia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Naviraí (UFMS/CPNV), elaborou questões semiestruturadas para que as famílias expusessem com liberdade as suas representações quanto à atuação de homens como professores de crianças.

Para se fazer um breve levantamento do contexto social do sujeito da pesquisa, solicitou-se que o familiar informasse o grau de parentesco com a criança, sua idade e escolaridade, e a idade, o sexo e a etapa de ensino em que a criança se encontrava. Após, questionou-se sobre a visão desse responsável sobre a possível presença de homens atuando na educação infantil. Também foi perguntado se estes responsáveis pelas crianças teriam preferência por uma professora ou um professor e por fim foi indagado sobre pontos positivos e negativos que as famílias indicariam quanto à presença de homens atuando como professores nessa faixa de ensino.

As entrevistas foram gravadas em áudio ao final do segundo semestre do ano de 2013, em seguida foram transcritas e posteriormente foi feita a leitura/escuta para todos os integrantes do GEPDGE. Para Spink (1995, p. 102), “[...] nessa etapa, é necessário ficar atento às características do discurso: a variação (versões contraditórias); os detalhes sutis, como silêncios, hesitações, lapsos (investimento afetivo presente); retórica, ou organização do discurso de modo a argumentar contra ou a favor de uma versão dos fatos”.

Para facilitar a identificação dos sujeitos pesquisados, suas características, sua relação com a criança, sexo, idade e etapa de ensino em que as crianças se encontravam, foi elaborado o quadro abaixo. Para a preservação da identidade dos entrevistados e das crianças pelas quais são responsáveis, os nomes dos familiares foram codificados.

Quadro 1 - Perfil dos Entrevistados

Sujeitos	Relação parental com a criança e configuração familiar (quem mora na mesma casa)	Idade em anos	Escolaridade e Profissão/Ocupação (do responsável)	Sexo da criança	Idade da criança (anos)	Etapa da Educação Infantil, em que a criança se encontra
Mãe 1	Mãe.	35	Curso de nível superior em Ciências Contábeis.	Menina	3	Jardim I
	Pai, mãe e filha.		Auxiliar de enfermagem.			
Avó	Avó.	73	Ensino fundamental incompleto.	Menino	5	Jardim II
	Avó, filho e neto.		Aposentada.			
Mãe 2	Mãe.	37	Ensino fundamental incompleto.	Menina	3	Maternal
	Pai, mãe e dois filhos.		Do lar.			
Mãe 3	Mãe.	42	Ensino médio completo.	Menino	4	Jardim I
	Mãe, pai, filho, sogra e duas cunhadas.		Do lar.			
Pai 1	Pai.	40	Ensino fundamental incompleto.	Menino	3	Maternal
	A criança mora com a mãe, o pai mora com a avó e outro filho de 13 anos.		Lubrificador industrial.			
Pai 2	Pai.	35	Ensino fundamental incompleto.	Menina	1	Berçário
	Pai, mãe e quatro filhos.		Motorista de caminhão.			
Pai 3	Pai.	46	Curso de nível superior em Administração de empresas.	Menina	3	Jardim I
	Pai, mãe e filha.		Funcionário público.			
Pai 4	Pai.	36	Ensino médio completo.	Menina	3	Jardim I
	Pai, mãe, filha e sogra.		Vendedor.			

Fonte: Autora (2014).

Resultados e discussões

A primeira questão feita aos responsáveis pelas crianças foi quanto à sua representação sobre homens atuando com crianças. Alguns familiares demonstraram estranheza devido à grande maioria dos profissionais que atuam nesta área ser composta por mulheres. A Mãe 3 afirmou: *“É uma coisa assim, meio estranha, porque eu nunca vi, acho meio estranho. Desde que eu me entendo, que a gente ‘tá’ acostumado, assim, eu penso que seria melhor continuar do jeito que ‘tá’.”*

Uma mãe que já teve contato com um estagiário homem na turma em que seu filho estuda (estágio obrigatório do curso de Pedagogia por período determinado) disse: *“Eu me assustei [...] eu olhei assim e falei: ‘homem!’ [...] Fiquei surpresa, nunca tinha visto! Não ‘tô’ acostumada a ver”* (Mãe 2).

Da mesma forma, a estranheza em relação à presença de homens trabalhando na educação de crianças pequenas também é percebida na fala do Pai 1: *“Eu não sei, nunca vi um homem se adaptar a cuidar de criança pequena, então é uma coisa assim, que não dá para dar a opinião, se a gente, eu nunca vi, ‘né’?”*

A estranheza ao ver um homem atuar como professor de crianças pequenas, segundo a perspectiva das representações sociais, é causada pelo desconhecido ou não-familiar. Isto se justifica, pois somente uma entrevistada teve um homem atuando por um curto período (dois dias) com seu filho de 1 ano, enquanto que os outros entrevistados nunca presenciaram homens trabalhando em instituições de educação infantil com suas crianças. Sá (1995, p. 37) assim afirma: *“[...] o estranho atrai, intriga e perturba as pessoas e as comunidades, provocando nelas o medo da perda dos referenciais habituais, do senso da comunidade e de compreensão mútua”.*

Na questão seguinte foi solicitado que os familiares responsáveis pelas crianças falassem sobre a possível participação de homens atuando como educadores de crianças na instituição de educação infantil. A Mãe 1 declarou: *“Para cuidar de criança tem que ter vocação, ‘né’, se tem que ‘tê’ vocação para lidar porque não é fácil. Mulher tem que ter vocação, tem que ter vocação ‘pra’ mexer com criança”.*

O Pai 1 assim relatou: *“[...] a mulher é mais fácil de ensinar, acho..., do que um homem! Acho que a paciência da mulher professora é [...] cuida bem mais. Eu acho isso, agora o homem já é mais difícil. Acho que ele seria mais sem paciência”.*

No mesmo sentido, o Pai 4 disse: “[...] *se tratando de criança, acho que mulher tem mais habilidade*”.

Montenegro (2005) ressalta que, em uma sociedade marcada por uma visão assistencialista de atendimento à criança pequena, as mulheres são vistas como naturalmente habilitadas para cuidar e educar, negando com isso a necessidade de formação específica para o desempenho de tais tarefas.

Quando foi perguntado aos familiares das crianças em qual das turmas eles escolheriam para matricular seus filhos, sendo as opções uma turma de educação infantil comandada por um professor homem e uma turma comandada por uma professora mulher, foi interessante constatar que todos escolheram a turma da professora mulher. Ao pedir que justificasse a opção, a Mãe 1 disse: “*A gente escolheria a professora mulher, ‘né’, com certeza, por ser instinto de mãe já, ‘né’, a gente pensa por este lado também, você tem mais este instinto de mãe*”.

A Mãe 2 apresentou seus motivos: “*Então eu acho que a mulher tem mais jeito, para dar banho e tudo*”.

O Pai 1 disse: “*As mulheres estão de parabéns, elas cuidam muito bem mesmo!*”.

O Pai 2 justificou: “*Acho que a mulher leva mais jeito, na... ‘tipo assim’, por ser mãe ou algo do tipo*”.

O Pai 3 assim afirmou:

A mulher tem um pouco mais, assim, digamos, de paciência, de como eu posso dizer assim? (pausa) Porque a criança assim, nesta idade, “né”, tem que ter muita paciência para lidar, então eu acho que a mulher por ser um ser mais, digamos assim, a mulher é mais meiga, ‘né’, tem mais paciência. Então eu acho que a mulher, no meu modo de pensar, eu acho que a mulher dá mais certo pra este tipo de trabalho.

O entendimento da educação infantil como ampliação da função materna debilita a postura profissionalizante da área. Esta representação sugere que o professor que atua nesta etapa do ensino faz uso apenas de conhecimentos da prática doméstica, o que leva a supor que o trabalho destes profissionais necessita principalmente de habilidades relacionadas ao cuidado, o que desvaloriza sua formação profissional. Tal representação fica evidente na fala do Pai 3, que afirma: “*Não adianta se a pessoa de*

repente faz uma faculdade e ele tem toda a parte teórica pra coisa, mas no momento não tiver jeito para lidar, porque eu acho que a criança exige bastante paciência, tem que saber lidar porque é difícil”.

Cerisara (2002, p. 63) argumenta que “[...] somente a proximidade ao caráter escolar-formal daria ao trabalho realizado nas instituições de educação infantil pelas professoras uma legitimidade de trabalho competente e profissional, em que não houvesse o risco de cair na substituição materna”. É importante ressaltar que a educação dos primeiros anos de vida é o pilar para a construção do sujeito e, portanto, o profissional que atua com esta faixa de ensino deve ser bem preparado para atender às necessidades de seus alunos.

Por fim, foi solicitado aos entrevistados que mencionassem aspectos positivos e negativos da participação de homens na educação institucional das crianças. A Mãe 1 destaca: *“Com relação ao positivo, seria outro conhecimento, um conhecimento maior de outras experiências”*. A mesma mãe coloca como ponto negativo o seguinte:

No meu modo de pensar, de repente, até ele mesmo se sentiria privado de algumas coisas, ‘né’, de ‘tá’ fazendo com as crianças. [...] em certas situações, como trocar, ‘tipo assim’, uma troca de fralda, de repente uma situação mais íntima, principalmente da menina... Eu acho que seria um pouco constrangedor.

A entrevistada fala de um possível constrangimento por parte do professor quanto ao cuidado físico ou mais especificamente ao toque, que é necessário para a higiene da criança. Fica, desse modo, velado na fala da entrevistada o receio quanto a um homem executar tarefas próprias da profissão, como as trocas de fraldas e banho, evidenciando o medo da pedofilia. É interessante notar que o mesmo medo não se aplica a professoras. Neste sentido, Ramos (2011) afirma:

[...] nas ações de cuidar, há restrição somente para os homens, pois as professoras não representam nenhum tipo de ameaça para as crianças na medida em que trazem consigo a vocação para a maternagem e elas são, por natureza, quem protege e cuida dos filhos com desvelo e são incapazes de cometer maldade contra crianças. (RAMOS, 2011, p. 107).

Os demais participantes da pesquisa não se manifestaram a respeito de aspectos positivos, mas alguns apontaram pontos negativos, como a Mãe 2, que relatou: “*Acho que a crianças não iriam se adaptar muito*”.

O Pai 1 manifestou: “*É só, por exemplo, a paciência dele que não ajuda, porque ele tem menos paciência com a criança do que a mulher*”.

O pai 2 afirmou: “*O homem é meio ‘descuidado’!*”.

Fica evidenciada por meio da fala dos pais a interpretação de que os homens não têm as características necessárias para um bom desempenho no trabalho com crianças pequenas, ressaltando as representações de que as mulheres têm uma aptidão nata para trabalhar com crianças, não levando em consideração que para realizar as tarefas da profissão é necessária uma prévia formação acadêmica. Araújo e Hammes (2012) ressaltam que estas representações contribuem para o afastamento de homens trabalhando com esta etapa de ensino.

É essencial destacar que já há algum tempo na sociedade, de forma geral, ocorre uma revolução quanto ao papel de homens e mulheres. Atualmente é possível observar mulheres executando papéis antes atribuídos aos homens, e exercendo os mais variados tipos de trabalho e em contrapartida homens atuando em atividades tipicamente femininas, como as tarefas domésticas, incluindo o cuidar de crianças. Por este prisma, Ramos afirma:

Ainda que articuladas às mudanças sociais, as articulações entre homens e mulheres são pautadas por valores e concepções culturais que se vinculam aos papéis historicamente atribuídos ao masculino e ao feminino. É importante destacar que esses papéis se alteraram significativamente nos últimos tempos. (RAMOS, 2011, p. 101).

Esta mudança também está ocorrendo na educação institucional de crianças pequenas, visto que se percebe uma pequena parcela, entretanto crescente, de homens buscando atuar com esta etapa de ensino. Diante de tal pressuposto, é interessante observar as falas livres de alguns entrevistados:

Mãe 1: “*Independente de ser homem ou mulher tem que seguir seu sonho*”.

Avó: “[...] *mas se tiver o professor homem também é bom*”.

Mãe 3: *“Quem sabe se tivesse pra gente ‘vê’, pra comprovar, pra experimentar, né, quem sabe seria uma boa ideia”.*

Pai 3: *“Porque o homem tem sim condições de atuar em qualquer área, como a mulher hoje no mercado de trabalho”.*

Os entrevistados apontam uma possível aceitação de homens trabalhando como professores de crianças na educação infantil e que uma possível mudança nas representações sociais pode vir a ocorrer. Neste sentido, Gonçalves (2009, p. 26) sustenta: “dessa forma, as novas proposições vão sendo internalizadas e aceitas gradativamente, o que não significa que vai resultar em mudanças significativas em tão pouco tempo. O que foi construído socialmente e aceito como certo precisa de um tempo considerável para ser modificado”.

O fato de inicialmente causar estranheza pode ser superado com o aumento da presença masculina nesta etapa de ensino. Para a Teoria das Representações Sociais, quando um sujeito tem acesso a novas abordagens, estas são aceitas e incorporadas às existentes, se tornando assim familiares. Contudo, a assimilação destas novas representações ocorre de forma gradativa e as mudanças somente são notadas com o passar do tempo.

Considerações finais

Refletindo sobre o objetivo do presente estudo de verificar as representações sociais de familiares de alunos com idade entre 0 e 5 anos que frequentam instituições de educação infantil no município de Naviraí/MS, é possível dizer que os entrevistados relacionam a educação das crianças com a função materna e consideram que as mulheres têm uma capacidade inata para educar.

Fica evidente que causaria estranheza um homem atuando como professor e que existe uma preferência pela mulher atuando com as crianças nesta etapa da educação. Isso pode ocorrer pelo fato de os responsáveis estarem acostumados à grande presença feminina nas salas de aula de educação infantil, o que lhes é familiar. A aceitação de homens atuando com esta faixa de ensino implicaria tornar o não-familiar em familiar.

A representação predominante é a de que a profissão tem características pessoais como imprescindíveis e que a mulher tem “vocação”, “paciência” e “habilidade” natas, sendo assim consideradas aptas para trabalhar na educação institucional das crianças.

A pesquisa indica que as famílias apontam mais pontos negativos em relação à participação de homens na educação das crianças, considerando o homem como “sem jeito” e “descuidadão”, não levando em consideração que é necessária uma capacitação para o trabalho com os alunos.

É importante ressaltar que a educação infantil adquiriu cunho educativo, reconhecendo a criança como cidadão que precisa ter desenvolvido os seus aspectos fisiológicos, psicológicos, intelectuais, afetivos, sociais e culturais. As crianças necessitam ter convívio com adultos, que são as suas referências, de ambos os sexos, especialmente na escola, local em que elas iniciam a socialização fora da família.

Diante dos resultados, sugerem-se novas pesquisas com famílias que tenham professores homens atuando com crianças em instituições de educação infantil, em outros municípios, visto que no município de Naviraí/MS não foi encontrado esse sujeito, e fazer um comparativo entre as representações sociais apresentadas neste trabalho com as de famílias que presenciam o trabalho de homens com esta etapa da educação, para verificar as relações entre seus resultados.

Referências

ARAÚJO, P. M.; HAMMES, C. C. A androfobia na educação infantil. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, v. 3, n. 7, p. 5-20, 2012. Disponível em: <periodicos.uems.br/novo/index.php/interfaces/article/download/.../1150>. Acesso em: 14 jul. 2013.

ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de pesquisa**, n. 113, p.167-184, julho 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a09n113.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. MEC. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CERISARA, A. B. **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GONÇALVES, J. P. **O perfil profissional e representações de bem-estar docente e gênero em homens que tiveram carreiras bem-sucedidas no magistério.** 2009. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Porto Alegre, 2009.

GROSSI, P. M. **Identidade de gênero e sexualidade.** Disponível em: http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf. Acesso em: 03 nov. 2013.

JACK, O; BRADT, M. D. Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. In: CARTER. B; MCGOLDRICK. M. (orgs.). **As mudanças no ciclo de vida familiar.** Porto Alegre: Artmed, 1995.

LOURO, G. L. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, M. D.; PINSK, B. C. (orgs.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

MONTENEGRO, T. Educação Infantil: a dimensão moral da função de cuidar. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 20, p. 77-101, 2005.

MOSCOVICI, S. **A social psychological analysis.** London: Academic Press, 1973.
_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

NOGUEIRA, J. K.; FELIPE, A., D.; TERUYA, K. T. **Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar.** Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST1/Nogueira-Felipe-Teruya_01.pdf. Acesso em: 07 nov. 2013.

OLIVEIRA, N. H. **D Recomeçar: família, filhos e desafios.** Tese (Doutorado)- Serviço Social - Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP. 2009.

PACHECO, A. L. P. B. **Mulheres pobres e chefes de família.** Tese (Doutorado) Psicossociologia de comunidades e ecologia social - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

RAMOS, J. **Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero na Rede Municipal de Belo Horizonte - MG.** 2011, 139 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC/MG. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_RamosJ_1.pdf >. Acesso em: 15 jul. 2013.

SÁ, C. P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento no cotidiano.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAYÃO, D. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche.** Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1998.

SILVA, A. L. C. **Representações sociais de família para um grupo de professores do Ensino Fundamental da cidade de Araguari-MG**. (Dissertação) Mestrado - Universidade Federal de Uberlândia - Programa de Mestrado em Psicologia Aplicada. 2005

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. P. (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.